

## O Portugal amazônico de Ferreira de Castro e a Amazônia nordestina de Paulo Jacob: Um olhar de entre-dois sobre a terra natal<sup>1</sup>

**Karina Marques**

*Universidade de Poitiers*

**Resumo:** Os romances *A Selva* (1930), do escritor português Ferreira de Castro (1898-1974), e *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* (1969), do escritor brasileiro Paulo Jacob (1921-2004), possuem como tema comum a vida de seus protagonistas migrantes num seringal amazônico, durante o primeiro ciclo gomífero. Através dessa experiência iniciática, esses personagens afastam-se de um discurso atávico sobre as suas origens lusitana e nordestina (“identidade-*idem*”), aproximando-se da realidade amazônica (“identidade-*ipse*”) (Ricoeur 1990). Nosso objetivo é analisar como esse olhar de entre-dois reconstrói a imagem da terra natal, observando as relações socio-históricas entre colônia e metrópole, e entre as regiões norte e nordeste do Brasil. Proporemos, por fim, uma reflexão sobre a falta de visibilidade dessas obras dentro do panorama literário brasileiro.

**Palavras-chave:** Ferreira de Castro; Paulo Jacob; seringal; borracha; Amazônia; exilância

**Abstract:** The novels *A Selva* (1930), by the Portuguese writer Ferreira de Castro (1898-1974), and *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* (1969), by the Brazilian writer Paulo Jacob (1921-2004), have as a common theme the lives of migrant in an Amazonian rubber plantation, during the first rubber era. Through this initiation experience, they deviate from an atavistic speech about their Lusitanian and Northeastern origins (“*idem*-identity”), as they approach the Amazonian reality (“*ipse*-identity”) (Ricoeur 1990). Our goal is to analyze how this in-between look reconstructs the image of the homeland, noting the socio-historical relations between colony and metropolis, and between the North and Northeast regions of Brazil. Finally, we propose a reflection on the lack of visibility of these works within the literary landscape.

**Keywords:** Ferreira de Castro; Paulo Jacob; seringal; rubber; Amazon; exilance

*O Amazonas é uma mensagem. Líquida mensagem modelando a terra, refletindo a flora e abrigando a fauna. Aqui e ali permite a intromissão do homem. Recebe-o, aceita-o, hospeda-o, educa-o e, de raro em raro, adota-o.*

“o editor” (1965)

## Introdução

O seringal amazônico é o espaço iniciático partilhado entre os romances *A Selva* (1930), do escritor português Ferreira de Castro (1898-1974), e *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* (1969), de Paulo Jacob (1921-2004), brasileiro manauara de origem judaica sefardita. O primeiro ciclo gomífero<sup>2</sup> é o pano de fundo histórico que envolve os seus protagonistas, Alberto e Raimundo Marcelino, deslocados até a hileia em busca do ouro negro. Se as histórias de vida desses dois personagens divergem consideravelmente nas suas origens – o primeiro estudante de direito oriundo de uma família portuguesa abastada e o segundo pobre retirante nordestino pouco escolarizado –, elas convergem, no entanto, para um mesmo destino silvícola que as marca profundamente, a tal ponto de transformar a relação que possuem com as suas terras natais e a narrativa histórica que as identifica. Ao fim da análise dessa transformação interna nos dois romances, proporemos uma reflexão sobre a associação entre a origem nacional e regional desses autores e a falta de visibilidade que possuem dentro do panorama literário brasileiro.

Narrado em terceira pessoa, *A Selva* é um romance de pendor autobiográfico que apresenta na figura do protagonista, Alberto, uma experiência amazônica que tange em diversos pontos aquela do autor, emigrante português que, em 1911, com apenas 12 anos, chega a Belém do Pará em busca de uma vida melhor. Um conterrâneo a quem a mãe confiara a sua guarda, envia-o, então, da capital regional ao seringal Paraíso, às margens do rio Madeira. Passa a viver, assim, em plena selva amazônica, onde colhe seringa e, mais tarde, torna-se empregado no armazém interno. Nesse espaço de confin, “a imensidão

convida a uma dialética entre o grande e o pequeno, entre o fora e o dentro” (Bouvet 2018: 41)<sup>3</sup> que dominará todo o romance, como o autor assim o anuncia no seu “pórtico”:

Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofri durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, aos anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos. [...] A luta de cearenses e maranhenses nas florestas da Amazônia é uma epopeia que não ajúza quem, no resto do Mundo, se deixa conduzir, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha. (Castro 1989: s./p.)

Nesse projeto de escrita romanesca, *A Selva* pretende ser, assim, um romance da alteridade por excelência, pois contando a história de vida de Alberto, alter-ego do autor, o narrador dá voz aos pequenos heróis anônimos da batalha da imensidão verde, que uniu autóctones e alóctones em uma “epopeia” partilhada. Abre, portanto, os bastidores cerrados dos seringais ao olhar exterior, apresentando uma outra versão da *belle époque* amazônica, episódio histórico que marcou tanto o Brasil como o mundo. E revela as consequências internas desastrosas, no âmbito nacional – e sobretudo regional –, desse processo de industrialização global: exploração da mão-de-obra dos seringueiros, criando para isso uma rede de recrutamento no Nordeste, região economicamente vulnerável; massacre das populações ameríndias; destruição da fauna e da flora; assassinatos por questões fundiárias; mortes por doenças mais ou menos evitáveis; dependência da economia externa<sup>42</sup>, seja ela internacional ou extra-regional, em razão do que Márcio Souza chamou de “delírio da monocultura” (Souza 1977: 138-139). Ao mesmo tempo, o romance realça a benesse do encontro intercultural proporcionado pela borracha (nativos, migrantes e imigrantes), fundamental para a construção do território e da identidade amazônica atual. Nesse sentido, o romance permite a reavaliação de um passado colonial comum a brasileiros e portugueses e uma compreensão mais profunda e alargada de ambas as sociedades.

Segundo Jean-François Chiantaretto, a escrita pessoal só pode narrar a história com a condição de que uma situação de interlocução seja criada, “dando lugar ao outro” [faisant place à l'autre] (Chiantaretto 2002: 14). Enquanto o romance de Ferreira de Castro estabelece um diálogo com os seus “irmãos” nordestinos, através da saga do emigrante

português Alberto, é diretamente na voz de Raimundo Marcelino, seringueiro pernambucano, que o escritor brasileiro decide contar a “epopeia” de todos os migrantes que deixaram as suas terras áridas rumo ao eldorado aquático amazônico. Ambos sentem-se, portanto, como forasteiros, pois “no empreendimento da exploração da borracha só há estrangeiros. Terra estranha a todos” (Bueno 2013: 179). Possuem, assim, em condição e consciência, o que Alexis Nouss definiu como “exiliência” [exilience]: “núcleo existencial comum a todas as experiências de sujeitos migrantes, quaisquer que sejam as épocas, as culturas e as circunstâncias que as acolhem ou as suscitam” (Nouss 2012: 4).<sup>5</sup>

Diferentemente do consagrado escritor português, Paulo Herban Maciel Jacob (1921-2004) é um “autor absentista parcial” (Monteiro 1976: 65), ou seja, caracterizado pela falta de vivência efetiva no meio que retrata, apesar de o conhecer e o compreender em profundidade. Este escritor manauara teve contato com seringais e seringueiros em razão de sua carreira de magistrado, exercida durante dez anos na hinterlândia amazônica até ser promovido a desembargador em Manaus. Sua trajetória profissional começa em 1952, quando se torna juiz da comarca de Canutama. Essa cidade foi fundada em 1874 às margens do rio Purus, um dos mais fartos em *Hevea brasiliensis*, local onde decidiu situar o seringal Cassianã de seu romance. Também lecionou Direito durante dez anos na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas (IGHA), da Academia de Letras Jurídicas desse estado e, a partir de 1971, tornou-se um imortal da Academia Amazonense de Letras.

Além disso, pelo fato de ser descendente de judeus serfarditas, “empurrados pela crise econômica do Marrocos e pela perseguição de vários sultões” (Blay 2008: 42), Jacob também possui um olhar de entre-dois sobre o espaço amazônico. Muitos desses imigrantes, assim como outros sírios e libaneses, exerceram o trabalho de “regatões”, comerciantes fluviais que desempenharam um importante papel ao ligarem as capitais regionais às diversas cidades isoladas da hileia. Levavam aos seus moradores principalmente bens consumíveis, mas também, ocasionalmente, correspondência privada e até documentos oficiais. Os dois romances retratam o trabalho desses imigrantes que tão bem conheceram a Amazônia e a sua gente, desafiando o poder dos coronéis no monopólio

do comércio local. Pela sua condição de estrangeiro e pelo seu espírito transgressor, o personagem Alberto sente-se associado a esses reais desbravadores: “Sentia que se riam dele e o irmanavam a sírios e judeus que iam de porto em porto, furtivamente, trocando bugigangas por borracha, sempre perseguidos pelos donos dos seringais, que não toleravam a concorrência dos ‘regatões’” (*idem*: 110). A coragem desses comerciantes, cuja identidade é reduzida popularmente ao gentílico “turco”, desperta ainda a admiração de Marcelino: “Remar regatão, coisa até de mais ruim. [...] Negócio de turco. Vender quinquilharia, rio acima, rio abaixo. Entrar nos escondidos, varar furo, comprar furto de aviado. Patrão pegando nessa enganação, contar com castigo” (Jacob 1967: 64).

Ambos os escritores se identificam, portanto, com essa figura do entre-dois por excelência que se aproxima da hileia e de sua gente, burlando o sistema seringalista. E é nesse espaço intersticial que se situam os seus protagonistas, dentro de um projeto romanesco de reapropriação subjetiva das origens tanto lusitana, quanto nordestina, através da experiência amazônica. Abandonam, assim, no decorrer da trama narrativa, um discurso baseado num ideal atávico (“*identidade-idem*”), integrando um componente identitário amazônico advindo da experiência gomífera (“*identidade-ipse*”). Situados numa paisagem radicalmente distinta daquela da terra-mãe, marcada por uma narrativa histórica particular, cada um dos protagonistas, ao fim de sua aventura silvícola, vê-se, nos termos de Paul Ricœur, a “si mesmo como um outro”. Constrói-se, assim, “um ‘eu’ desapegado com relação às referências espaciotemporais solidárias ao seu próprio corpo” (Ricœur 1990: 16).<sup>6</sup>

Segundo Ricœur, a “*identidade narrativa*” [*identité narrative*] (*idem*: 176), instaurada pelo ato de escrita, é o elo de ligação entre esses dois pólos identitários que não são substituíveis, mas complementares. O universo diegético permite aos personagens uma transformação interna em razão das peripécias vividas, sem nunca deixarem de ser reconhecíveis aos olhos do leitor. Dessa forma, ao fim dos dois romances, Alberto e Marcelino são ainda o emigrante português do Paraíso e o migrante nordestino do Cassianã, mas assim o são diferentemente, pois se tornaram parcialmente amazônicos. Integram,

além disso, nesse percurso de transformação interior, as narrativas de outros personagens àquela que constroem para suas vidas como sujeitos de enunciação.

### **O processo de “devir-paisagem”: a construção do “corpo-paisagem” amazônico**

Em *A Selva*, é num seringal homônimo àquele no qual viveu Ferreira de Castro e à beira do mesmo caminho fluvial que têm lugar as aventuras de Alberto. Foragido político do governo português, esse personagem busca refúgio junto ao seu tio Macedo, dono de uma hospedaria em Belém do Pará. Quando chega à região amazônica, após ter participado da revolta restauracionista de Monsanto (1919), a produção da borracha já havia entrado no seu processo de declínio. Isso explica a dificuldade que encontra para se fixar na urbe regional, tornando-se, tal como o autor, um fardo financeiro para o seu protetor. Alberto segue, então, o conselho do tio e parte para o interior amazônico, recrutado como seringueiro. Paisagem natural e humana confundem-se desde o início da narrativa, prenunciando o processo de incorporação de Alberto naquele meio:

Mesmo na sua decadência, era ainda a borracha que movia tudo aquilo, os navios de diferentes portes e os rebocadores de agudos silvos; os guindastes de compridos braços e as vagonetas sobre os carris brunidos ao longo dos cais, com um vaivém constante dos estivadores entre a beira da água e a fila dos “galpões”, vastos armazéns; e à borracha começava Alberto a sentir-se também incorporado, com uma sensação de fábula. (*idem*: 34)

O romance reivindica um lugar ambíguo entre o registro factual e o ficcional, posição representada pela expressão “sensação de fábula” e corroborada pela imagem da metamorfose vegetal do protagonista. Imagem similar é retratada por Jacob em um trecho no qual o tom de denúncia não afasta o lirismo fantástico da cena: “suor de seringueiro, os padecidos da árvore no corte. Aquele escorrer melado das pélas, o pixé de fumaça, o fedor a suor. Que mais há de ser? Sangue de seringueiro” (Jacob 1969: 42). Essas imagens de hibridismo são muito significativas para a compreensão do processo de transformação interna dos protagonistas durante a diegese, o seu “devir-paisagem”, nos termos de José Gil, processo pelo qual “as imagens já não descrevem uma paisagem à distância, mas dizem ou

antes seguem, do interior, as sensações. [...] Já não se trata de metáforas, mas de um devir-paisagem real” (Gil 1993: 59). A interiorização dessa paisagem geográfica e humana amazônica, por apresentar um mundo totalmente novo e perturbador, desestabiliza os referenciais e as convicções dos protagonistas. À semelhança da experiência reveladora que tiveram os desbravadores do Novo Mundo, Alberto e Marcelino mudam de forma radical a relação que possuem com as suas origens.

No início da diegese, a paisagem amazônica ainda era, predominantemente, para Alberto um espelho do Portugal monárquico, na sua condição dominante com relação à colônia. Também ele, enquanto português, sente-se superior àqueles que viriam a ser, mais tarde, os seus “irmãos”, “companheiros”:

Alberto conhecia, da sua estada no Pará, aquelas saudades toponimizadas que os colonizadores portugueses levaram, outrora, a longínquas plagas, juntamente com arcaicas peças de artilharia e uma soma formidável de ambições. Mas, agora, a recordação desse tempo remoto, que a distância cobria de fausto e de heroísmo, afagava-lhe o espírito, numa íntima vingança contra a indiferença que os cearenses e até os moços de convés, todos uns rudes párias, manifestavam pela condição de civilizado que ele creditava a si próprio. (*idem*: 44)

O narrador onisciente adentra aqui no pensamento do protagonista para nos contar a sua visão sobre o espaço percorrido a bordo do “Justo Chermont”, na sua longa viagem fluvial de Belém ao Paraíso. Aos olhos de Alberto, a Amazônia limita-se a uma extensão do território português, demarcado pelas pisadas toponimizadoras dos conquistadores. Nessa época, a toponímia ameríndia ainda não lhe era familiar. E ao tomar contato com tais nomes, não os associava à herança cultural ancestral dos povos autóctones e ao conhecimento profundo e, portanto, legítimo com que nomeavam a terra. “Humaitá”, por exemplo, nome do núcleo urbano mais próximo ao seringal Paraíso, seria, segundo etimólogo José Pedro Machado, oriundo do tupi-guarani “mbaitá”, papagaio pequeno, em português (Machado 2003: 246). Essa origem é, no entanto, ignorada por Alberto, sendo a localidade apresentada ao leitor pelo narrador onisciente como a povoação “onde existia outro português — aquele que fundara o burgo.” (*idem*: 66). Logo em seguida, tomamos



conhecimento de que se trata de “uma povoação modesta, baptizada em homenagem à vitória do Brasil sobre o Paraguai” (*idem*: 67). A sua cidade-irmã paraguaia carrega ainda hoje as marcas catastróficas da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) por ter abrigado o mais poderoso e temido complexo defensivo do país, hoje em ruínas. Há aqui nessa reciprocidade toponímica a marca comum da presença devastadora do colonizador para as populações locais. Seja ele diretamente associado à coroa portuguesa ou já genuinamente brasileiro, ambos partilham o mesmo espírito belígero. Sob essa ótica, a existência do espaço só pode ser legitimada através do gesto fundador e triunfante do conquistador.

Ainda a bordo do “Justo Chermont”, povoam o imaginário de Alberto nomes de desbravadores portugueses famosos, como aquele de João de Barros Guerra que comandou expedições contra índios no Rio Madeira e foi capitão-mor do Pará (1710-1716). É, portanto, através desse discurso histórico que o mundo amazônico se apresenta ao protagonista e é apresentado ao leitor: “onde a metrópole distante intensificava o seu poderio, desejosa de obter projecção no vasto território que mais se adivinhava do que se conhecia” (*idem*: 63). A medida que Alberto passa a pertencer efetivamente e afetivamente a esse território, passa a identificá-lo não mais pelo olhar distanciado do colonizador, mas por aquele do homem amazônico.

À semelhança dos antigos colonizadores, Alberto era também, no início de sua experiência amazônica, alguém que “adivinava” caminhos, graças à leitura dos relatos de antigos exploradores. Essa relação com o meio diverge daquela estabelecida pelos povos ameríndios, encarnação de uma alteridade que efetivamente “conhecia” o meio. Sua iniciação na extração do látex é marcada pelo mesmo temor do encontro com essa sabedoria ancestral que acometeu os seus antepassados: “ ‘E se fosse verdade?’ Se os índios existissem e ele tivesse sido mandado para Todos-os-Santos por vingança de Balbino? “ (*idem*: 80). Se o temor da vingança dos desterrados do Novo Mundo assombra Alberto, enquanto encarnação do colonizador português, o mesmo discurso colonialista de desconfiança coexiste na fala do migrante nordestino Marcelino: “Índio lá é bicho que se crie. Uns pestes de só gostar de perversidade. Tem mais é preguiça, pessoal indolente” (*idem*: 70-71). Observa-se, nessa última frase, a presença de um outro discurso bastante



difundido na época gomífera, opondo dicotomicamente o temperamento do caboclo àquele do nordestino. Arthur Reis, no capítulo “O Caboclo e o Nordeste. Afinidades, Distâncias e Atitudes em face do Ambiente” de sua obra emblemática *O Seringal e o Seringueiro*, analisa essa fronteira cultural interna. Em razão de sua origem ameríndia, os caboclos amazônicos são descritos como “vagarosos, aparentando displicência [...] Dóceis, meio ausentes, falam com brandura e escassamente. [...] Os nordestinos são um temperamento vibrante, varonil” (Reis 1956: 117). Tais estereótipos serviram para fins político-econômicos com o intuito de justificar o recrutamento de retirantes nordestinos para os seringais. Imagens semelhantes opuseram, outrora, ameríndios e negros como argumento de apoio à escravidão.

Sobre a presença massiva de nordestinos nos seringais, Lucilene Gomes Lima explica que

os nordestinos chegaram em grandes levadas à Amazônia, banidos por períodos de seca inclemente ocorridos no final da década de 1870. A vinda dos imigrantes nordestinos constituía uma dupla solução para os governos do Norte e Nordeste: aumentava a oferta de mão-de-obra nos seringais amazônicos e diminuía o excedente populacional no Nordeste, que aumentara com o desenvolvimento da economia algodoeira no século XIX. (Lima 2009: 40)

Além de funcionar como meio de compensação demográfica, o recrutamento de seringueiros nordestinos era interessante aos seringalistas por se tratar de trabalhadores fragilizados e, portanto, facilmente manipuláveis. Nesse sentido, migrantes e emigrantes têm em comum a fragilidade de sua condição de desenraizados. Face às dificuldades inerentes ao meio natural amazônico, ao medo dos ataques dos nativos e à opressão sofrida pelos coronéis, Alberto e Marcelino voltam os seus pensamentos à terra-mãe, lugar idealizado de proteção, encarnado pela figura materna: “Via-se já a desembarcar em Lisboa [...] e a enternecer-se ante a cidade preta de recordações. [...] Depois eram os braços da mãe, chorando e velhinha, em delirante contentamento” (*idem*: 174). Embora diferente em vários aspectos de seus companheiros de seringa, une-se a eles em igualdade na mesma nostalgia da paisagem geográfica e afetiva da terra natal, lugar no qual cada mãe aguardaria o retorno do seu filho pródigo: “– Você também deixou mulher em Portugal? – Eu... Ora essa! Não. Nem mulher, nem noiva. Deixei apenas a minha mãe. Mas sei que em toda a parte

é assim” (*idem*: 92). Ainda que brasileiro, Marcelino também não se sente acolhido em terra amazônica. É ao sertão pernambucano que tenciona voltar, sua terra-mãe, terra de sua mãe, que mesmo morta ainda habita aquela paisagem mnemônica:

Primeiro gaiola, contar-se que sim. Tornar ao sertão de menino. Lado de mãe, planura de terra. É um sempre lembrar as paragens. [...] Nosso sertão é sertão. Beleza descampada de terras. O topo das serras, verdejando manhãs. [...] Mãe nos bons advertidos dela aconselhados sadios. E bem que tinha parecer de razão. Não querer filho dela em negócio de seringal. Morrer de um dia, nas terras secas. [...] Sem esses alagadiços, de entristar até defunto. Bem lá, bem longe, bem ali, com os juazeiros acenando tristeza, alertando saudade. (*idem*: 95-96)

Se a seringueira se associa ao sangue e suor do nordestino extrator de látex, o juazeiro, símbolo do sertão, representa a ternura da infância, personificado como um conterrâneo ou consanguíneo: “acenando tristeza, alertando saudade”. Essas árvores formam duas imagens dicotômicas presentes ao longo de toda a narrativa, remetendo a dois momentos da vida de Marcelino: a seca do sertão e o excesso de água da região amazônica. A primeira, ainda que causadora de sofrimento e do êxodo de Marcelino e de seus irmãos rumo ao Paraíso, é idealizada como memória sinestésica da terra natal. A segunda representa, no entanto, um período de perdas ainda maiores, como parece advertir a sua progenitora. Mas é, também, um período prenhe de transformações internas, assim como da afirmação de Marcelino como sujeito do seu próprio destino.

A vontade de voltar ao sertão domina principalmente a primeira parte do livro, intitulada “Cassianã”, sendo que a segunda, “Terra Caída”, apresenta uma mudança fundamental na vida do protagonista, com a morte da mulher soterrada justamente pela força das águas do rio Purus na época das cheias. O filho, João Ivo, já havia então falecido em razão de uma doença. A terra que cai sobre a esposa, Maria da Luz, sugere simbolicamente a ruína do seringal com a sua tomada de posse por Macário Gomes, coronel que sucede Anastácio Trajano. A invasão das terras do Cassianã por Macário e seus homens é acompanhada por aquela do corpo da filha Dora, morta depois de ter sido violada.

Na transição entre as duas partes do romance, depois da derrocada do Purus,

encontra-se ainda mais uma morte na família de Marcelino: o assassinato de um de seus irmãos, Sabino Canindé, braço-direito de Trajano, pelo seu próprio irmão Honório, a mando de Macário. Como se acreditava que Sabino tinha o corpo protegido espiritualmente, a sua morte marca a queda definitiva do primeiro coronel: “Morto Sabino Canindé patrão não tinha desses desapavoros de tornar às briganças. Desaparecido Mano, com aqueles busões de rezas, o Coronel Trajano perdeu a afoiteza” (*idem*: 249).

A família do seringueiro parece, portanto, ruir juntamente com aquela formada em torno do primeiro seringalista, por quem o personagem nutria admiração: “beleza de patrão, bom demais” (*idem*: 54). O fim de Trajano tem, no entanto, uma função reveladora para ele. Marca o fim da ilusão sobre o seringalismo enquanto sistema, já que os trabalhadores e seus familiares são sacrificados em razão de uma disputa fundiária pessoal entre os dois coronéis. Por isso, quando convidado por Trajano a fugir com ele, Marcelino declara pela primeira vez: “– O senhor me desculpe, meu patrão. Fico por aqui mesmo. Que adianta sair do Cassianã. Mano morreu, mulher, filho... É..., vou não, tudo perdido” (*idem*: 239). Nessa terra amazônica ele passa também a se enraizar, pois nela estão enterrados, nas suas palavras: os “pedaços da gente” (*idem*: 246).

Também Alberto fala de um “sepultamento” simbólico que se torna enraizamento em referência não à dor da perda de seus familiares, mas àquela da morte lenta do seu companheiro Firmino, com quem compartilhou o duro trabalho de extração do látex. Ele foi o seu mestre e amigo nas entranhas do coração selvagem: “Via Firmino em Todos-os-Santos, na vida de muitos meses em comum, ambos sepultados na selva hiante” (*idem*: 208). Quando este, juntamente com outros seringueiros, são aprisionados e torturados pelo patrão, em razão de uma tentativa de fuga frustrada, a dor de Alberto incorpora-se à paisagem:

Na manhã seguinte, quando Alberto entrou na varanda, pareceu-lhe que tudo se encontrava sob a obsessão que o afligia, que tudo falava, baixinho, da vida dos prisioneiros. O sol matinal possuía outra cor, era inédito o perfil da sapotilheira, a frescura do capim, habitual a essa hora, não dulcificava os olhos, como nos outros dias. (*idem*: 209)

A sapotilheira, árvore de doces frutos típica do norte do Brasil, é mais uma imagem botânica de relevância no romance, como paisagem em meio à qual o protagonista se refugia nos momentos de reflexão. O sol matinal, a doçura dos sapotis e a frescura do capim adquirem, no trecho acima, um estranhamento, um amargor que não lhes é próprio, que emana do interior de Alberto, enquanto testemunha da dor de seus “irmãos” de seringa. Paisagem e protagonista entram em ressonância num só corpo dorido. Ao pretender fincar raízes - ou se enterrar – no Cassianã, Marcelino também o faz por outrem, os seus próximos mortos em vão em nome da febre do “ouro negro”. O processo de “devir-paisagem” aproxima-se aqui da poética do “corpo-paisagem”, que Michel Collot assim define:

Reunindo matéria e espírito, sujeito e objeto numa mesma carne, que é a carne do mundo, ela propõe uma alternativa à imagem de um corpo e de um mundo fragmentado. Eu colocarei, portanto, essa tentativa de se fazer um só corpo com a paisagem sob o signo dessa “poética da relação” à qual aspira Edouard Glissant, que é também uma política, pois ela envolve a relação do indivíduo com os outros e com o seu meio. (Collot 1970: s./ p.)<sup>7</sup>

A terra amazônica só passa, portanto, a ser aquela de Alberto e Marcelino quando se torna palco de uma dor partilhada, receptáculo do sangue e tûmulo dos “irmãos” seringueiros nessa aventura silvícola. As duas narrativas possuem, assim, um acentuado viés de denúncia social, fazendo parte dessa “poética da relação” explicitamente anunciada no projeto romanesco de Ferreira de Castro e implícita na narrativa de Paulo Jacob. Alberto e Marcelino agem e falam pela massa de trabalhadores silenciados ou eliminados dentro das muralhas verdes do seringal, naquilo que podemos chamar de campo de concentração amazônico, constituindo-se como uma experiência singular de cativeiro.

### **A casa-grande e o barracão central**

*A Selva e Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* apresentam uma estrutura narratológica similar: uma fase inicial de estabilidade associada ao cotidiano dos protagonistas no “centro”, região do seringal na qual a extração do látex se realiza; a passagem para a “margem”, local no qual se situam as residências do coronel, de seus

capangas e do guarda-livros, assim como o armazém interno; a percepção pelos protagonistas de um mal-estar nesse subespaço; o assassinato do coronel pelos seus empregados; o fim do seringal e a libertação dos seringueiros. A passagem por todas essas etapas evolutivas da narrativa faz com que os protagonistas desvendem, ao fim, a ficção sobre a qual o sistema seringalista havia sido construído. O desfecho de ambos os romances aborda a questão do retorno desses personagens à sua terra natal.

A vivência total do seringal nos seus subespaços, “centro” e “margem”, permite aos protagonistas a compreensão da figura do seringalista na sua complexidade, pois a especificidade de cada um desses meios geográficos – floresta densa ou clareira à beira-rio - cria uma relação social proxêmica distinta entre patrões e empregados. No caso de Alberto, ao ser promovido à função de auxiliar de contas, constata que o patrão é figura distanciada no “centro”, mantendo a sua força coercitiva por meio de sua imagem fantasmagórica de autoridade e da presença pontual de capatazes. No entanto, torna-se presença concreta na vida cotidiana dos seus empregados na “margem” e, mais precisamente, no “barracão central”, local de residência do coronel, de seus capangas e do guarda-livros. Na primeira zona, a distância com relação à figura do coronel cria uma impessoalidade que permite distinguir claramente o papel do coronel como patrão. Na segunda, a intimidade gerada pelo convívio é fator provocador de ambiguidade, entre o afeto e o abuso, à semelhança do que ocorria na casa-grande colonial, criando uma relação de dominação ainda mais sutil e perversa. Arthur Reis afirma, assim, que “o barracão central equivalia, guardadas as proporções de tempo, local e gênero de vida, à casa-grande do senhor de engenho nordestino” (Reis 1953: 82). É nesse subespaço que se encontra o ex-escravo Tiago, personagem fulcral do romance, apelidado de “estica” por ter uma deficiência motora. É sobre a cabeça desse infeliz que o patrão pratica tiro ao alvo com uma laranja, num gesto de banalização extrema da vida desse seu subordinado:

— Ó Estica! [...]

— Traze a laranja. [...]

Nunca se habituara, mas já conhecia o ritual. Deteve-se e pousou a laranja sobre a carapinha branca, de estrada ao meio, aberta por uma bala que lhe levava o couro cabeludo, numa tarde em que Juca

Tristão não fora feliz na pontaria. (*idem*: 150)

Tiago chegara ao seringal após obter a sua carta de alforria, ainda quando outro coronel era proprietário do Paraíso. Acompanhou, portanto, Juca Tristão desde as suas primeiras pélas de seringa, tendo sido criado em sua casa, nutrindo, assim, um estranho sentimento de afeição pelo seu patrão cruel. Aquando de uma de suas viagens a Humaitá, “o fantoche negro” é o único que demonstra sofrer pela sua ausência: “Tiago chorava em humilde silêncio. Alberto não compreendeu logo aquela dedicação – a única que revelavam todos os olhos presentes. Mas era sincera, sim, porque as lágrimas corriam, em fio, sobre o rosto envelhecido do grande fantoche negro” (*idem*: 160).

Em ambos os romances, é no momento de ausência do coronel que alguns personagens-chave revelam as suas verdadeiras intenções com relação aos patrões. No caso de Marcelino, ao passar a ajudar Dona Bela, mulher de Trajano, no barracão central, observa a manipulação do migrante cearense Macário para tomar posse do Cassianã. Primeiramente, esse personagem também passa pelo trabalho no “centro”, mas, pelo fato de ter um bom nível de estudos, é promovido a ajudante de contas. Casa com Glória, irmã de Bela, e, num momento de ausência do cunhado, rouba-lhe o título de propriedade do seringal, que não havia sido ainda registrado em cartório. É, portanto, nos bastidores domésticos que o sistema seringalista se revela aos personagens. E é também na “margem” que se opera a real transformação interior dos protagonistas.

Ao estudar a função socio-histórica do espaço doméstico colonial, Gilberto Freyre assim declara:

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro, a nossa continuidade social. No estudo da sua história despreza-se tudo o que a sua história militar e política nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. (Freyre 2003: 45)

Alberto, na sua dupla posição de colonizador/colonizado e em razão dessa lente bifocal com que examina o mundo, é apresentado ao leitor como ser sensível a essa “continuidade social” da qual fala Freyre. O sociólogo enfatiza ainda o poder da família

alargada criada pelo coronel como “o grande fator colonizador do Brasil”, acima do indivíduo e do Estado: “a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela, o rei de Portugal quase reina sem governar” (*idem*: 81). O barracão central do seringal é, portanto, para o protagonista não apenas um meio de compreensão da terra de exílio, mas também da sua terra natal. Enquanto rebelde da revolta restauracionista de Monsanto, essa imagem do poder monárquico encarnado pela figura do coronel de engenho/de barranco ganha especial relevo, fazendo-o repensar os seus valores passados.

À semelhança da família patriarcal freyriana, construída em torno da casa-grande, aquela constituída pelos homens solitários em torno da figura do coronel de barranco teve igual importância social e política para o norte do Brasil. O seringalista teve funções de autoridade tanto sobre a polícia quanto sobre a política da hinterlândia amazônica, realidade recriada nos dois romances e insistentemente apontada na obra jacobiana. Retratando uma prática comum na época, o capataz Balbino do Paraíso procura o secretário de polícia local para auxiliá-lo na busca de alguns seringueiros fugidos. Esse personagem revela na sua fala as semelhanças entre o sistema gomífero e o açucareiro em torno da ideia de cativo e do sentimento de débito com relação ao patrão:

– [...] Ah, bom tempo em que havia aparelho e tronco! [...] Hoje, não se prende ninguém por dívidas e dizem que já não há escravos. E os outros? Os que perdem o que é seu? Vem um homem a fazer despesas, a pagar passagens e comedorias e até a emprestar dinheiro para eles deixarem às mulheres, e depois tem-se este resultado! Lhe parece bem? (*idem*: 27)

Christian Geffray sustenta que, no seringalismo, a coesão do grupo, enquanto grande família patriarcal, é conseguida em torno da ideia de uma “dívida imaginária” [*dette imaginaire*], criando um “mercado cativo” [*marché captive*] (Geffray 1992: 705). Tal ficção é possível pela ausência de reserva monetária pelos seringueiros, já que todas as transações feitas no armazém interno funcionam na base de troca da borracha extraída. O patrão é, além disso, o detentor de todos os meios de circulação da mercadoria por via fluvial, em barcos a vapor chamados “gaiolas”. Contrariamente à imagem do seringalista tão difundida



nas ficções da borracha, simplificada na sua complexidade, ele não é percebido pelos seringueiros como uma figura somente perversa. É ele quem adianta o dinheiro aos trabalhadores, ainda que eles não produzam o suficiente para adquirir seus bens de consumo. Tal gesto de generosidade camuflado começa, aliás, desde a saída do seringueiro de sua terra natal. Desenha-se, portanto, aos olhos dos empregados a figura de um ser severo, mas justo, espécie de “padrinho”, numa relação paternalista (*idem*: 718).

É esse tipo de relação que Juca Tristão tece com os seus empregados, especialmente com Tiago. Ainda que ele não tenha sido recrutado como seringueiro, não possuindo, portanto, uma dívida real de despesas de viagem, foi acolhido dentro do barracão central e tem um certo conforto e confiança que os outros empregados não têm: “Quando Juca Tristão comprou o seringal já ele se havia tornado um farrapo inútil e risível. Ao novo amo, porém, o negro agradara por se lhe confiar como uma criança, rendendo-se a todos os seus caprichos” (*idem*: 150).

No romance jacobiano, Marcelino exprime claramente um sentimento de dívida para com Trajano, principalmente por ele lhe ter aviado remédios para curar a filha Dora. No entanto, quando o patrão lhe confia uma boa zona de extração de látex, o Samurá, Maria da Luz mostra-se atenta à exploração sutil do patrão, revelando um olhar lúcido sobre o sistema: “– Bondade coisa nenhuma! Só entregou o Samurá porque sabe a besta do empregado que tem. [...] – Falar assim nessa reima do homem, muito desconhecimento. Tu esqueceste do caso de filha. Patrão aviou todo o remédio. Nada faltou para curar o mal” (*idem*: 26,30). Ainda que nutrindo simpatia por Trajano até o fim da narrativa, o governo de Macário sobre o Cassianã revela ao narrador autodiegético o que antes era disfarçado sob a capa da pseudo-generosidade de seu primeiro patrão.

No romance do escritor português, Alberto conhece tanto a urbe regional no auge da sua *belle époque*, florescida graças ao *boom* industrial do início do século XX, quanto a selva com os seus seringais nos quais um sistema trabalhista semiescravo permitiu a sua associação aos feudos medievais (Reis 1953: 114). O coronel de barranco é, assim, definido por Márcio Souza como o “cavalheiro citadino em Belém ou Manaus e o patriarca feudal no seringal” (Souza 2001: 182). A mesma analogia ao sistema feudal é usada por Freyre ao

analisar a figura do senhor de engenho escravocrata: “Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam esse imenso poderio feudal” (Freyre 2003: 38).

Marcelino e os demais seringueiros oriundos do nordeste foram criados dentro de um sistema social coronelista advindo da época açucareira. No início da diegese, o retirante pernambucano ainda sonha em voltar rico ao sertão para “comprar terras, montar engenho de açúcar, viver de igual aos coronéis dos canaviais. Coronel Antônio Silva, se era o que era, devia à borracha. Seringueiro, passar de empregado a patrão” (*idem*: 17). Ainda que pobre agricultor sertanejo, passado a seringueiro oprimido, Marcelino ambicionava ocupar o lugar hierárquico do opressor. O modelo do coronel do canavial equivalia em valor àquele do seringal. Nessa época, o seu sonho de prosperidade econômica ainda estava voltado a um projeto de retorno à terra natal.

Em *A Selva*, a imagem do ex-escravo Tiago, cativo tanto num engenho do Maranhão quanto num seringal amazônico, é a prova viva da afinidade entre esses dois sistemas econômicos:

Fora na terra maranhense que suportara a escravatura. Conhecera os dias de trabalho sem fim, o chicote do feitor, o tronco, o corpo a escorrer sangue. Depois, já com a Carta de alforria, viera para ali, no tempo de Sisino Monteiro. O seringal devorara-lhe os últimos dias de mocidade e os anos da plenitude. Vivera a época em que os aventureiros deliravam na conquista fácil da riqueza e ele próprio chegara a vender borracha a dez mil réis por quilo. Mas nunca obtivera saldo. (*idem*: 149-150)

O tronco no qual se açoitavam os escravos é imagem simbólica de grande pungência que se irá transpor do passado de Tiago na fazenda do Nordeste ao presente no seringal do Norte: “– Estão amarrados num tronco, como os negros que eram escravos, e fechados à chave para que ninguém lá vá” (*idem*: 208). A aplicação de castigos corporais aos seringueiros pelos coronéis de barranco era prática comum, por conta de fugas, ausência de trabalho ou pouca produtividade, questões de conduta no seringal e mesmo desavenças pessoais. Por essas razões, Marcelino também declara: “seringueiro que nem cativo dos idos

passados” (*idem*: 22), pois “patrão carecia ser valente. Mostrar dos seus fazer respeitar. Meter no tronco, açoitar, castigar mesmo” (*ibidem*). E nem Trajano está isento de tais práticas, pois ele “castiga das vezes, quando há precisão” (*idem*: 54).

### O fim da ficção seringalista e o retorno à terra natal

Nos dois romances, os assassinatos de Juca Tristão e Macário Gomes ocorrem pelo mesmo motivo principal: as torturas físicas praticadas contra seringueiros. Quando os personagens as associam às práticas escravocratas, tomando consciência da sua condição de cativos, a “dívida imaginária” sobre a qual repousava a ficção seringalista se extingue. Não há mais o sentimento de justiça associado ao coronel, apenas a arbitrariedade dos meios para o alcance dos fins: a manutenção de um “mercado cativo”.

Não são os protagonistas, entretanto, que tomam a decisão de acabar com os reinados de Juca e Macário. Assumem apenas um papel de apoio dentro dum projeto coletivo arquitetado por personagens aparentemente secundários, que revelam sua importância do meio para o fim das narrativas: Tiago, no romance do escritor português, e Honório, naquele do brasileiro. Em *A Selva*, Alberto empresta uma lima para Firmino e seus companheiros cortarem as cordas de uma das canoas do seringal e, assim, poderem escapar do campo de concentração silvícola. Remói-se de culpa, no entanto, ao saber que seus “irmãos” são capturados e torturados, enquanto ele permanece na sua posição confortável, dentro do barracão central, como espectador das cenas de terror imaginadas:

- É que o Alexandrino bateu, esta noite, com um peixe-boi nos homens. E eles gritaram... [...]
- Isso é capaz de não ser verdade...
- Não é verdade? Vá à cozinha. Está lá o peixe-boi cheio de sangue. O Alexandrino bateu até fazer sangue. Foi ele mesmo quem o disse... O João ouviu e o Tiago também. Os homens estavam amarrados e não se podiam defender... [...] A culpa não é dele. Foi seu Juca quem mandou. E durante oito dias eles não comem... (*idem*: 210)

É interessante observar aqui a utilização de um animal da fauna nativa, o peixe-boi, como instrumento de tortura. No romance jacobiano, temos a velha imagem do chicote do

feitor de engenho (“umbigo-de boi” ou “cipó-de-boi”): “Feitio dele, os bons judiar de todos os jeitos. Meter no tronco, açoitados com umbigo-de-boi” (*idem*: 322). O personagem Alexandrino remete-nos, assim, à imagem híbrida de um feitor de engenho amazônico, carrasco que é também vítima, enquanto cativo de Juca Tristão. É, por isso, diretamente contra a figura simbólica do senhor de escravos que Tiago vai se insurgir:

– Me deixa, sua peste! Me deixe já! Não foi por ti nem pelos outros como tu que perdi a minha alma e vou para o inferno! Foi porque seu Juca te fez escravo e aos outros safados que te acompanham. Se estivesse no tronco, como tu, o feitor que me batia lá, no Maranhão, eu também matava a seu Juca. Negro é livre! O homem é livre! (*idem*: 219)

– Ele me podia até matar que eu não fugia. Era mesmo amigo dele. Mas seu Juca se desviou... Estava a escravizar os seringueiros. Tronco e peixe-boi no lombo, só nas senzalas. E já não há escravatura... (*idem*: 218)

Incendiando o barracão central, Tiago põe fim não apenas ao seu algoz, mas a todo o sistema seringalista do qual ele era o pilar. Se Alberto possui a competência necessária para analisar esse espaço intersticial entre o passado colonial e o presente do seringal, Tiago tem a legitimidade da passagem ao ato por ser um sobrevivente das senzalas. No entanto, se no romance do escritor português cabe ao ex-escravo o gesto fatal, naquele do escritor brasileiro, é o feitor que arquiteta o assassinato de Macário. O protagonista Marcelino é também aqui cúmplice de alguém percebido como mais legítimo do que ele: o seu irmão Honório. Este personagem foi obrigado a matar o próprio irmão, Sabino, carregando uma culpa que se arrastou do início da segunda parte até o fim do romance. Ao tomar a decisão de matar o patrão, envolvendo nesse plano os seus irmãos, Marcelino e Saturnino, ele tem por objetivo não somente acabar com a opressão no Cassianã, como também se redimir da culpa de seu fratricídio:

– Lá é irmão que se preze Honório. Capanga de fiança de coronel dessa marca. Magina então está de esquecido dos açoites? Homem que acabou com o mano Sabino, filhos da mesma mãe... (*idem*: 352)

– Aquela inana de rede pra cá, rede pra lá. Patrão recebido na ponta da faca de um lado e de outro. [...]

Honório repetindo bocado de vêzes. Tome seu filho da puta! Isso é para ficar sabendo, irmão de homem não se mata. (*idem*: 356-357)

Se a morte de Macário teve a coparticipação dos irmãos, Alberto é mero espectador do ato de Tiago. A paisagem construída em torno da sapotilheira ganha, novamente, relevância como local de introspecção do protagonista, operando uma passagem entre o seu interior e a realidade amazônica que o cerca. Um espaço de entre-dois é criado, mesclando a cena imediatamente vivida, protagonizada pelo ex-escravo, e uma cena imaginária associada ao seu futuro em Portugal, como juiz:

Alberto ficou só, no banco que rodeava o tronco da sapotilheira. [...] Um momento, o seu cérebro situou o negro sobre outro banco, o dos réus em pleno tribunal. Foi uma visão rápida que logo trouxe outras, as de sempre, compensadoramente. O seu breve regresso, a sua terra, a sua mãe, a sua formatura e a sua estreia... Lá estava, de toga negra e ansioso por triunfar. Em frente, Tiago, macabro e grotesco na sua estatura de pesadelo. [...] Não. Não acusaria jamais. A ninguém! A ninguém! Depois do que vira, em si e nos outros [...] A fogueira morria pouco a pouco [...] já não se via o bananal, apagavam-se, ao longe, os contornos da selva, o rio fundira-se na noite e os troncos cinzentos das três palmeiras começavam a vestir-se de luto. (*idem*: 219, 220)

À cor negra do escravo une-se aquela da toga do futuro magistrado, numa solidariedade que elimina as barreiras entre réu e juiz, no peso da luta e do luto partilhados. Tiago também morre, simbolicamente, com o fim do suposto “amigo”, pois com ele se finda a esperança na liberdade e justiça do sistema seringalista. Para Alberto, quem morre é também o outro de si mesmo, o jovem monárquico das primeiras pélas de borracha do Paraíso. E, com ele, a terra-mãe das grandes conquistas fundiárias. Nesse sentido, Nouss afirma que “a experiência de exílio integra a morte na vida, recusando a sua cisão. Assim, o exilado carrega a/sua morte em si” (Nouss 2013: 12).<sup>8</sup> Protagonista e paisagem enlutam-se, assim, formando um só “corpo-paisagem” entenebrado pelas cinzas do inferno, no Paraíso, e pela dor da pátria revelada. Um terceiro-espço surge, então, desse luto comungado entre a paisagem afetiva interiorizada e aquela externa observada: o Portugal amazônico assombrado pelo “fantoche negro”, relembrando o peso do passado colonial partilhado.

Não sabemos, portanto, se Alberto realmente volta a Portugal, como havia programado, ou se permanece em solo brasileiro. Esse terceiro-espaco criado é tudo o que nos resta como resposta sobre o destino do protagonista, após o fim do seringal. O retorno, no entanto, não nos parece ser o essencial, pois como afirma Nouss: “definir o exílio pelo retorno reduz a autonomia e o alcance conceituais do exílio como experiência” (*ibidem*).<sup>9</sup> É com a mesma indefinição que o romance jacobiano se encerra. Morto Macário, os irmãos pedem a Marcelino que o acompanhem ao sertão pernambucano, terra-mãe comum, terra da mãe partilhada. Marcelino, no entanto, declara uma segunda vez, pelas mesmas razões, querer ficar no Cassianã:

– Tu não vais mais nós, Marcelino?

– Vou não. Tenho ainda duns ajustes a fazer. Depois mais, sigo atrás. [...]

Seus pedaços deixados na terra, mulher, filhos... Não de ia plantar-se para sempre no Cassianã. Voltava um dia ao sertão. Manos podiam aguardar. Só de não ia agora. [...] Um vulto distante, perdendo feitio. [...] Chuveiro e lágrima de homem, a noite molhando. (*idem*: 359)

A imagem do enraizamento (“plantar”) ou do enterro (“seus pedaços deixados na terra”) destacam-se, mais uma vez, na fala de Marcelino, remetendo-nos ao pensamento de Nouss sobre a experiência de exílio como portadora da morte – a sua e a dos outros. Ainda que livre, o retorno à terra natal não deixa de ser uma promessa como outrora, pois a Amazônia é, agora também, a terra “dos seus pedaços”. A chuva e as lágrimas na cena final do romance anunciam a aceitação dolorosa de uma cisão no seio da família nordestina, pois Marcelino não é mais aquele que os seus irmãos conheceram. Como símbolo da transformação interior dos protagonistas, o fogo no Paraíso e a água no Cassianã possuem valor equivalente: “o Fogo, nos ritos iniciáticos de morte e renascimento, se associa a seu princípio antagônico, a água” (Chevalier/Gheerbrant 1982: 436).<sup>10</sup> O desfecho do romance jacobiano é de grande pungência como representação literária de uma realidade sociocultural nascida do legado da borracha. A decisão de Marcelino por ficar no Cassianã – ainda que por tempo indefinido – é um gesto fundador, que aponta para a construção de uma Amazônia nordestina, refletindo a sua atual composição humana e identidade cultural.

## Reconhecimento no panorama literário brasileiro

A aceitação de *A Selva* (1930) como parte do cânone literário brasileiro não é, ainda hoje, consensual, embora a obra, traduzida em diversas línguas, tenha levado ao mundo a história não-oficial de uma época em que o Brasil, enquanto periferia exportadora de recursos, estava no centro dos interesses geopolíticos mundiais. Não há dúvidas, no entanto, sobre o seu reconhecimento como parte do cânone literário português. Antônio Saraiva e Óscar Lopes afirmam que Ferreira de Castro assinala “o início de uma nova fase do realismo social” entre os portugueses, sendo que *A Selva*, obra madura, transmite ao leitor “a crua intensidade da sua experiência social” (Saraiva/Lopes 200: 1025).

Se em razão da nacionalidade do autor a obra é excluída do panorama mais largo da literatura nacional brasileira, o romance é, contraditoriamente, reconhecido como pertencente ao cânone regional amazônico, apontado como texto fundamental das ficções da borracha. Jorge Amado, no entanto, alguns anos após a publicação do romance, já o reivindicava como obra canônica da sua literatura nacional, além de acreditar no seu alcance universal. As razões que justificam tal reconhecimento são similares às aquelas apontadas por Saraiva e Lopes, associadas às qualidades da obra como representante do “romance regionalista” ou “romance de 1930” brasileiro:

O romance que a borracha (sua glória e sua queda) deu ao Brasil foi escrito por um português e publicado em Lisboa. [...] Um grande romance esse de Ferreira de Castro, um romance que é brasileiro porque foi a borracha e o Amazonas que o fizeram e que é universal por mostrar uma situação real de uma classe abandonada e escravizada. (Amado 1934: 149)

É de um estatuto semelhantemente ambíguo no panorama literário brasileiro que partilha *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* (1969) de Paulo Jacob, finalista, no entanto, do prêmio Walmap, o maior concurso literário nacional da época. No caso de Jacob, a questão da nacionalidade da autoria não se coloca. Seu nome está, todavia, ausente dos compêndios de literatura brasileira, ainda que componha o cânone regional (Kruger 2011: 14). Arthur Reis, citando o nome de Jacob como referência, afirma que “o romance amazônico não foi ainda estudado na contribuição que vem dando ao processo intelectual



brasileiro” (Reis 1965: 11). E é, ainda, Jorge Amado que realça a qualidade e a importância da obra jacobiana para a “geografia literária” brasileira, comparando-a àquela de Guimarães Rosa:

A grandeza fundamental da obra do Rosa provém da vida que ele criou [...] aquele mundo que fica nas divisas sertanejas de Minas e Bahia [...] a carne e o sangue do homem brasileiro que está em seus livros. O mesmo pode ser dito a teu respeito. [...] o mais importante na criação da saga jacobiana é a vida, o povo, o homem amazônico em sua verdade, em sua miséria, em sua grandeza que o “juiz das leis” restaura e recria e incorpora à nossa geografia literária (Jacob 1999: orelha).

O que Jorge Amado aponta, portanto, como característica da obra jacobiana pode ser aplicado ao caso específico de *A Selva*. A recriação poética do mundo amazônico – “a vida, o povo, o homem amazônico em sua verdade” – é um projeto comum dos dois romances em questão. Dando a conhecer a saga dos seringueiros do Paraíso e do Cassianã, Ferreira de Castro e Paulo Jacob propõem preencher uma lacuna amazônica na “geografia literária” brasileira.

No que se refere à questão linguística, Márcio Souza diz que Ferreira de Castro é “o primeiro escritor a apanhar a realidade da vida amazônica numa linguagem coerente e pensada criticamente. A linguagem de Ferreira de Castro é simples e necessária” (Souza 1978: 127, 126). O fato de o romance ter sido escrito na variante europeia não prejudicaria, portanto, a sua compreensão e apreciação por um público brasileiro. No caso de Jacob, contrariamente aos demais livros do autor que reivindicam uma “linguagem popular amazônica”, *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã* foi escrito no dialeto nordestino, representando a fala do narrador autodiegético Raimundo Marcelino. Esse dialeto contribuiu, no entanto, para a construção dessa chamada “linguagem popular amazônica”, após as vagas de migração dos dois ciclos da borracha. Escritos, portanto, numa linguagem marcada pela sua particularidade geográfica, nem por isso deixam de se constituir como a voz do povo amazônico e, assim sendo, a voz do povo brasileiro.

A limitação dessas duas obras fulcrais para a compreensão do Brasil às fronteiras literárias associadas à origem nacional ou regional de seus autores, ou ainda à região retratada pela obra, revela, portanto, a necessidade de alargarmos e redefinirmos o espaço

da literatura brasileira atual, em consonância com um movimento que tem tocado outras “geografias literárias”.

## Conclusão

Esta análise comparativa dos romances *A Selva*, de Ferreira de Castro, e *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã*, de Paulo Jacob, permitiu-nos observar um projeto comum de reconstrução da história do primeiro ciclo gomífero amazônico, através do olhar de dois personagens exilados: o emigrante português Alberto e o migrante nordestino Raimundo Marcelino. O pioneirismo desses dois focos narrativos consiste em construir uma lente bifocal capaz de não somente retratar a terra de exílio sob um prisma alargado, como também de reavaliar a terra natal a partir da experiência de um passado colonial partilhado.

Pondo em foco as afinidades entre o sistema seringalista e o açucareiro, denunciando o legado colonial comum encarnado pela figura do coronel, Ferreira de Castro e Paulo Jacob propõem repensar a Amazônia de forma a libertar-se do discurso histórico do conquistador. Sob o mesmo prisma, em sentido contrário, lançam uma nova visão sobre as terras de origem de seus protagonistas – Portugal e o sertão nordestino. Assim, enquanto o escritor português sugere a imagem de um Portugal amazônico, baseado no aprendizado da opressão nos seringais, o escritor brasileiro põe em evidência a construção de uma nova identidade amazônica oriunda da migração nordestina.

A invisibilidade dessas duas obras no panorama literário brasileiro indica a necessidade de reavaliação dos critérios de representatividade dessa identidade literária nacional, de forma a alargar as fronteiras desse espaço para além daquelas políticas ou econômicas. Incorporar as obras em questão à “geografia literária” brasileira seria reconhecer uma diversidade linguística e cultural que lhe é intrínseca, eliminando cisões internas e estreitando os laços com os países lusófonos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado no âmbito do trabalho desenvolvido no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Estratégico “UID/ELT/00500/2013” e por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE “POCI-01-0145-FEDER-007339”.

<sup>2</sup> A propósito do primeiro ciclo da borracha na Amazônia, Djalma Batista explica que “a nova especiaria despertou o interesse direto da côrte portuguesa, desde o tempo de Pombal. [...] A primeira estatística [...] assinalou, em 1827, a produção de 31 365 quilos [...] E daí em diante a onda da borracha foi aumentando e subindo os rios [...] o ciclo da borracha se processou em cerca de um século sendo que o período do *rush* se limitou ao prazo de, no máximo, 32 anos (1880-1912)” (Batista 1976: 131).

<sup>3</sup> No original: “l’immensité invite à une dialectique entre le grand et le petit, entre le dehors et le dedans”.

<sup>4</sup> Segundo Lucilene Gomes Lima, “as bases do sistema extrativista da borracha compunham uma pirâmide em que no topo estavam as firmas exportadoras-importadoras, representantes do capital estrangeiro, mais especificamente dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha. Essas firmas movimentam o capital de giro do ciclo, não permitindo nenhuma base sólida à economia local. [...] as casas aviadoras eram estabelecimentos comerciais que despachavam mercadorias aos seringais mediante pagamento em pêlas de borracha. Eram financiadas pelas firmas exportadoras. Funcionavam, a princípio exclusivamente em Belém e depois passaram a se estabelecer em Manaus, quando o governo do Amazonas decretou o beneficiamento do látex nessa cidade” (Gomes 2009: 13-14).

<sup>5</sup> No original: “Noyau existentiel commun à toutes les expériences de sujets migrants, quelles que soient les époques, les cultures et les circonstances qui les accueillent ou les suscitent”.

<sup>6</sup> No original: “un ‘je’ désancré au regard des repères spatio-temporels solidaires de son propre corps”.

<sup>7</sup> No original: “En réunissant matière et esprit, sujet et objet dans une même chair, qui est la chair du monde, elle propose une alternative à l’image d’un corps et d’un monde morcelé. Je placerais donc cette tentative pour faire corps avec le paysage sous le signe de cette ‘poétique de la relation’ qu’appelle de ses vœux Edouard Glissant, qui est aussi une politique, puisqu’elle engage la relation de l’individu avec les autres et avec son environnement”.

<sup>8</sup> No original: “l’expérience exilique intègre la mort dans la vie, refusant leur césure. Ainsi, l’exilé porte la/sa mort en lui”.

<sup>9</sup> No original: “définir l’exil par le retour réduit l’autonomie et la portée conceptuelles de l’exil comme expérience”.

<sup>10</sup> No original: “le Feu, dans les rites initiatiques de mort et renaissance, s’associe à son principe antagoniste l’Eau.”

## Bibliografia

- Amado, Jorge (1934), “A selva”, *Boletim de Ariel*, vol. III, n.º 6, Editora Ariel, 149.
- Batista, Djalma (1976), *O Complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Conquista.
- Blay, Eva Alterman (2008), “Judeus na Amazônia”, in *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo* [online], Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 25-57 <<http://books.scielo.org>> (último acesso em 28/6/2018).
- Bouvet, Rachel (2008), “Paysages des confins : déserts, mers, forêts”, in Rachel Bouvet et Rita Olivieri-Godet (dir.), *Géopoétique des confins*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 19-46.
- Bueno, Luís (2013), “Selva e Seiva: o estrangeiro, a floresta e o romance social”, *Convergência Lusíada*, n.º 29, 179-184.
- Castro, Ferreira de (1989), *A Selva*, 37.ª ed., Lisboa, Guimarães editores [1930].
- Chevalier, Jean / Alain Gheerbrant (1982), *Dictionnaire des symboles*, 2.ª ed., Paris, Éditions Robert Laffont S.A. e Éditions Jupiter [1969].
- Chiantaretto, Jean-François (2002), *L'Écriture de soi peut-elle dire l'histoire?*, Paris, Bpi/Centre Pompidou.
- Collot, Michel (1970), “Faire corps avec le paysage”, *Actes Sémiotiques* [online], <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/3464>> (último acesso em 28/06/2018).
- Freyre, Gilberto (2003), *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 48.ª ed., São Paulo, Global [1933].
- Geffray, Christian (1992), “La dette imaginaire des collecteurs de caoutchouc”, *Cahier de Sciences Humaines*, vol. 28, n.º 4, 705-725.
- Gil, José (1993), *O Espaço Interior*, Lisboa, Editorial Presença.

- Jacob, Paulo (1969), *Dos Ditos Passados nos Acercados do Cassianã*, Rio de Janeiro, Bloch.
- (1965), *Andirá*, Manaus, Governo do Estado do Amazonas.
- Krüger, Marcos Frederico (2003), *Amazônia: Mito e Literatura*, Manaus, Editora Valer.
- Lima, Lucilene Gomes (2009), *Ficções do Ciclo da Borracha: A Selva, Beiradão e O Amante das Amazonas*, Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Machado, José Pedro (2003), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 8.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ed. Livros Horizonte [1955].
- Monteiro, Mário Ypiranga (1976), *Fatos da Literatura Amazonense*, Manaus, Universidade do Amazonas.
- Nuselvici (Nouss), Alexis (2013), "Exilience : condition et conscience", Paris, *FMSH-WP*, n.º 44, 1-15.
- "O editor" (1965), "Apresentação", in *Andirá*, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 13-14.
- Reis, Arthur (1953), *O Seringal e o Seringueiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.
- (1965), "Prefácio", in *Andirá*, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 11-12.
- Ricœur, Paul (1990), *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil.
- Saraiva, António José / Óscar Lopes (2000), *História da Literatura Portuguesa*, 17.<sup>a</sup> ed., Porto, Porto Editora [1955].
- Souza, Márcio (1977), *A Expressão Amazonense. Do Colonialismo ao Neocolonialismo*, São Paulo, Alfa-Ômega.
- (2001), *Breve História da Amazônia*, Rio de Janeiro, Agir.

**Karina Marques** é professora na Universidade de Poitiers, onde leciona língua portuguesa, literatura e civilização brasileiras. Publicou, em 2018, o livro *Ilse Losa: Estreitando Laços. Correspondência com os Pares Lusófonos (1948-1999)*, fruto da sua pesquisa de doutoramento sobre a autora, realizada na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Concluiu, nesse mesmo ano, um pós-doutoramento sobre a obra de Paulo Jacob, na Universidade Rennes 2. É membro do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Universidade do Porto.